

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 135

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i> .....	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Moysés Leônidas</i>

## Representação Partidária

*PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS: 02 - Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 036ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
26 DE SETEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Carlos Simões.

Às dezoito horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Mil-tinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strappasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 3132**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o

Plenário, preferência para discussão e votação da Proposição nº 020/99.

Sala das Sessões, em 26.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL  
ORLANDO PESSUTI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA:**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 3132, de autoria dos senhores deputados Durval Amaral e Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência para discussão e votação da Proposição nº 020/99, item 02, que é uma proposta de emenda da Constituição Estadual, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli e mais diversos senhores parlamentares, que dá nova redação aos artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná.

Informamos aos senhores parlamentares que a proposta de emenda à Constituição será submetida a dois turnos de discussão e votação, o interstício de cinco Sessões.

A proposta de emenda à Constituição será aprovada pelo processo nominal que obtiver em ambos os turnos 28 votos dos membros da Assembléia Legislativa.

Os senhores deputados, levantando de suas respectivas cadeiras, responderão “sim” ou “não”, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação.

Nós vamos colocar em votação o requerimento dos deputados Durval Amaral e Orlando Pessuti, que pede prioridade de votação do item 02.

Senhores deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão. **Aprovado.**

Solicito ao relator, deputado Caíto Quintana que faça, apresente o relatório do item 02, que dá nova redação aos artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná.

O RELATOR (**Caíto Quintana**)

Senhor presidente, gostaria que V. Exa. informasse, para que possa encontrar aqui, o número da emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Emenda 020/99

O SR. RELATOR (**Caíto Quintana**)

Perfeito, senhor presidente.

conforme determinado pelo senhor presidente, gostaria apenas de dizer que essa é a primeira remessa de emendas da revisão constitucional que estamos votando.

Temos mais emendas que serão publicadas em avulsos, que já foram distribuídos aos senhores parlamentares, e nesta Sessão temos essas emendas para votar.

Ela é baseada na Constituição do Estado, que seguindo a Constituição Federal, permite a revisão da Constituição, tão logo seja feita a revisão da Constituição Federal. Como a Constituição Federal teve seis emendas de revisão, estamos fazendo no Estado do Paraná, também a nossa revisão.

Essa emenda de proposição que, votada agora, teve sua aprovação para inversão de pauta, até mesmo porque, desde ontem, estão presentes representantes que desejam que ela ocorra.

**(Faz a leitura da Proposição de Emenda Constitucional nº 20/99)**

## ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 020/99, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli e outros, que dá nova redação aos artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.

### PROPOSIÇÃO Nº 20/99

Artigo Único - Os artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná passam a ter a seguinte redação:

“Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil;

II - Polícia Militar;

III - Polícia Científica.

Parágrafo Único - O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

Art. 50 - A Polícia Científica, com estrutura própria, incumbida das perícias de criminalística e médico-legais e de outras atividades técnicas congêneres, será dirigida por perito oficial de carreira da classe mais elevada, na forma da lei.

§ 1º - A função policial científica fundamenta-se na hierarquia e disciplina.

§ 2º - O Conselho da Polícia Científica é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle de ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais científicas.

§ 3º - Os cargos da Polícia Científica serão providos mediante concurso público de provas e títulos, observando o disposto na legislação específica.

Sala das Sessões, em 10.08.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Pércles Mello, José Maria Ferreira, Ademar Traiano, Augustinho Zucchi, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin, Divanir Braz Palma, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Cesar Seleme, Nelson Garcia,

Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Moysés Leônidas, Ademir Bier, Caíto Quintana, Tony Garcia, Ricardo Maia, Hermas Brandão.

### COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/99

#### P A R E C E R :

A proposta de Emenda Constitucional em exame, de autoria do nobre deputado Fernando Ribas Carli, tem por objeto a autonomia da Polícia Científica - Criminalística e Instituto Médico Legal - atualmente subordinada à Polícia Civil.

Para a consecução de tais objetivos propõe o autor a adição de um inciso III ao artigo 46, através do qual dá tratamento próprio à Polícia Científica, tornando-a igualmente responsável pela segurança pública, juntamente com as Polícias Civil e Militar, elencadas nos incisos I e II do mesmo artigo.

O parágrafo único ao artigo 46, ora proposto, tem por escopo definir, com maior clareza, a alocação do Corpo de Bombeiros na Polícia Militar. Não obstante a vinculação desta Corporação já que se encontra implícita nas disposições do artigo 48, que trata das funções da Polícia Militar, nada impede que passe a constar do corpo constitucional com dispositivo específico.

Ao artigo 50, propõe a inserção de três parágrafos, cujos conteúdos são idênticos aos parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 47, que dispõem sobre a Polícia Civil, valendo dizer que aos integrantes da Polícia Científica será dispensado o mesmo tratamento de carreira daquela.

Concluída a abordagem das disposições constitucionais a serem alteradas, cabe frisar que a emenda em questão não apresenta qualquer vício material que possa eivá-la de ilegalidade ou inconstitucionalidade.

Quanto ao mérito, deve-se afirmar que a proposta atende aos superiores interesses públicos, ao desvincular a Polícia Científica da Polícia Civil, medida que a tornará mais independente, logo mais ágil, dinâmica e eficiente no exercício de suas funções, o que, certamente, reverterá em significativos benefícios para a sociedade.

Considerando as razões expostas, o parecer é favorável à aprovação da presente emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Está em discussão o parecer do relator, deputado Caíto Quintana.

O SR. DURVAL AMARAL

Para encaminhar, senhor presidente!

**(Assentimento)**

Senhor presidente, senhores deputados, quero cumprimentar ao autor da Emenda, deputado Carli, e ao

relator, deputado Caíto Quintana, pelo brilhantismo na apresentação do relatório.

Quero dizer que a Bancada do Governo, nós estamos sugerindo aos nobres deputados, para que quando chamados por V. Exa., votem SIM à aprovação da emenda.

Esse é o encaminhamento que queremos fazer, porque entendemos que se trata de uma questão de justiça para todos aqueles que estão envolvidos nesta carreira de Peritos Criminais da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, deputados, e em especial ao deputado Ribas Carli, autor do presente projeto, e deputado Caíto Quintana, relator.

Para nós é uma satisfação muito grande assistir a votação desta Emenda que altera a Constituição do Estado do Paraná, porque o conjunto da Assembleia Legislativa, de alguma forma, já vem acompanhando as questões relativas aos problemas existentes na estrutura que havia na Secretaria da Segurança, sobretudo na Polícia Civil, onde o Instituto de Criminalística, de alguma forma, era dependente dessa estrutura.

Quando do episódio de uma investigação que aconteceu no Estado do Paraná, e em território nacional, a respeito do crime organizado, na Comissão da qual fazia parte o deputado Ribas Carli, e profissional da área que é, já tinha, desde aquela época, sugerido, tanto no relatório final, como depois também, que acabou como o fruto desta Emenda que hoje tramita, e tenho certeza que vamos aprovar, a necessidade que, para que a justiça ocorra de uma forma mais transparente, que a justiça ocorra possibilitando com que a sentença final da Justiça seja a mais verdadeira possível, que o Instituto de Criminalística tenha o seu Estatuto do ponto de vista de uma polícia científica independente e autônoma dos organismos da Secretaria da Segurança, tal qual ele se apresentava até então.

Então, está de parabéns o deputado Ribas Carli e estão de parabéns os técnicos, os profissionais, todos os funcionários do Instituto de Criminalística, porque esta é uma reivindicação antiga do setor e se não tivesse esse entendimento, se o Instituto, se os profissionais da área não tivessem entendimento, com dificuldades estaríamos hoje modificando a legislação no nosso Estado. É sobretudo, a vontade e a clareza que vocês têm a respeito do trabalho de uma polícia técnica, científica no nosso Estado.

Para que consigamos produzir uma justiça mais transparente, mais igualitária, é que nós vamos, se Deus quiser, aprovar por unanimidade esta Emenda que altera a Constituição do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

Para encaminhar, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, deputado Algaci Tulio e posteriormente, Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, senhor presidente!

Quero também me somar nas manifestações de apoio à aprovação do projeto, até porque nós discutimos e juntamente na Comissão, com o deputado Caíto Quintana, demos já o voto antecipado pela aprovação desta Emenda à Constituição.

Mas quero dizer também, senhor presidente, senhores deputados e companheiros que fazem o dia-a-dia do Instituto de Criminalística, que sou testemunha de uma luta de anos, encampada por vários companheiros que estão aqui presentes, que sempre almejavam esta independência.

E eu, nos meus longos anos do tempo de repórter policial, ainda, adentrava pela Visconde de Guarapuava pelo pátio adentro, passando pelo Instituto de Criminalística e fazendo plantão lá no Instituto Médico Legal, comecei a aprender, a ver a importância do trabalho científico na elaboração de um laudo em uma questão de morte, de um incêndio, de um acidente, enfim, de tudo aquilo que exige o trabalho profissional, a experiência, a competência do nosso pessoal.

E confesso que temos, aqui no Paraná, em termos de Brasil, a melhor polícia científica do País e, lamentavelmente, nem sempre foi reconhecida, lamentavelmente, nem sempre teve este reconhecimento por parte da própria política do Estado, dos órgãos governamentais. Mas tivemos à frente do Instituto de Criminalística pessoas da capacidade do Arlindo Blume, que por coincidência de minha autoria o Projeto de Lei que denomina o prédio do Instituto de Polícia Científica do Paraná de Edifício Arlindo Blume, em homenagem a uma das pessoas mais capacitadas e mais experientes nesta área; teve o Dr. Arnaldo Busato, o Dr. Lourenço Bueno, Dr. Antonio Carlos Mira, Dr. Juarez Rolim Lima, Dr. Luiz Gabriel Costa Passos, Dr. Antônio Nédson Siqueira, que estiveram à frente, estão à frente, alguns passaram e outros ainda permanecem à frente desse importante órgão científico da nossa Polícia.

A independência, eu lembro aqui ao deputado Ângelo Vanhoni, quando a Comissão Especial que foi criada na Assembleia, que antecedeu à vinda da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, a CPI Federal, naquela Comissão nós já propusemos, atendendo a pedido dos companheiros, e já entendíamos que era o momento de dar essa sinalização ao Governo do Estado de tornar independente o Instituto de Criminalística.

Não bastasse isso, quando montou-se uma Comissão de Alto Nível do Governo, e que eu representei esta Casa naquela Comissão, para analisar toda aquela situa-

ção problemática que acabou causando toda aquela seqüela na nossa Polícia Civil, e acabou, por conseguinte, atingindo a todo o meio da Polícia Civil, nós já, também naquela Comissão de Alto Nível do Governo, colocávamos a independência, e até pensou-se em permitir que ficasse vinculado às Universidades Estaduais; pensou-se até nisso. Mas, evidentemente, não era esse o melhor entendimento.

E depois, no relatório final, deputado Ribas Carli, V. Exa. foi o relator, inclusive da Comissão Especial da Assembléia, V. Exa. é testemunha, nasceu, daquela Comissão que V. Exa. foi relator, essa idéia já é colocada por V. Exa. e comungada por mim e por outros companheiros também, como é o caso do deputado Ângelo Vanhoni, que era o presidente da Comissão.

Portanto, não se faz hoje nenhum favor; se faz hoje justiça a profissionais extraordinários intelectualmente, inteligentes, pessoas que sabem, realmente valorizar o trabalho da nossa Polícia Científica.

Considero-me realizado, neste momento, de ter somado com os demais companheiros aqui desta Casa, nesse anseio, nesse sonho que hoje se torna realidade, muito embora alguns até não acreditassem que um dia isso poderia acontecer, e graças a Deus acontece hoje, à mercê, deputado Caíto Quintana, também de todo esforço feito por V. Exa. como presidente desta Comissão Revisional da nossa Assembléia.

Parabéns a todos e felicidades!

**O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Senhor presidente, senhores deputados:

A minha profissão, eu sou jornalista policial, sou carrapicho de polícia, com muito orgulho, com muita satisfação, e a minha faculdade foi dormir no plantão de uma Delegacia de Polícia. Ali é que se forma o verdadeiro repórter policial, que tem que saber o que é um plantão de uma Delegacia de Polícia. O verdadeiro repórter policial tem que saber o que é o Instituto Médico Legal. O verdadeiro repórter policial tem que saber como é o porão de uma Delegacia de Polícia. E a minha vida tem se pautado no jornalismo, na área policial. E durante esses 22 anos de vida pública, iniciando a minha carreira como vereador, durante seis anos em Londrina, dormindo no plantão da Delegacia de Polícia de Londrina, deputado Ribas Carli, foi aí que eu aprendi a conhecer o que era a Polícia Técnica, a Polícia Científica.

Não quero citar nomes. Uma jovem foi assassinada em Londrina e levou setenta facadas nas suas partes íntimas. Lá estava a Polícia Científica para provar, para elaborar o laudo, para que o delegado fizesse inquérito perfeito, para que fosse acatado pelo Ministério Público.

Lembro-me de um outro caso, de uma jovem que trabalhava num apartamento milionário em Londrina, cuja cabeça foi cortada, lá estava o Geraldo, o Maninho, toda a equipe que eu aprendi a conhecer, e eles elaboraram tudo dentro das normas científicas, para que o Minis-

tério Público denunciasse e fosse pedida a prisão preventiva.

Recentemente uma jovem em Londrina cai numa calçada, do 10º andar. Aí, não, foi suicídio, não foi suicídio, aí o Geraldo começa a folhear, analisar item por item, se fosse suicídio ela teria caído aqui, se ela tivesse se jogado, ela teria caído de tal maneira, e o Geraldo, o Maninho, toda esta equipe da Polícia Científica londrinense provou que ela foi jogada do apartamento. Ela teria sido assassinada.

Isto, deputado Carli, é Polícia Científica. A Polícia Civil não viverá, jamais, se não tiver uma Polícia Científica decente, honrada e independente como tem que ser.

**(Aplausos)**

O Ministério Público jamais poderá denunciar se não tiver uma Polícia Científica decente, honesta, honrada e independente, como é a Polícia Científica do Paraná que é melhor, e é o exemplo do meu País.

**(Aplausos)**

E o Poder Judiciário, Geraldo, não poderá receber jamais, me permita Zuk, jamais poderá receber nas mãos um laudo que não seja bem elaborado por vocês, por todos vocês, não pode, nenhum juiz, nenhum promotor poderá pegar nas mãos, o crime foi hediondo, o assassinato foi bárbaro, mas se não houver um laudo concreto, objetivo decente, sem mácula, feito pela minha Polícia Científica, que é orgulho do meu Estado do Paraná.

**(Aplausos)**

Este pé vermelho, meu querido Samek, eu tenho orgulho de ser carrapicho de polícia e tenho orgulho de ser deputado da família paranaense, tenho orgulho de defender e dizer que nós temos a melhor Polícia Civil! Tem as suas exceções, é claro. Nós temos a melhor Polícia Federal, temos a melhor Polícia Militar, temos o melhor Poder Judiciário, o melhor Ministério Público e nós temos a melhor Polícia Científica do Brasil!

Quem não gostou, engula! O meu voto é SIM, eternamente.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, atendendo o pedido do nosso líder, falo em nome da bancada do PMDB, e também atendendo pedido do nosso líder Waldyr Pugliesi, falo em nome das Oposições, e tenho certeza que também posso afirmar que o pensamento nosso também é da Bancada de Deputados Independentes desta Casa.

Pretendo, a exemplo do deputado Durval Amaral, ser o mais breve possível, para dizer que nós, da Bancada de Oposição e do Bloco Independente, estamos fechados e vamos votar Sim a esta proposta de Emenda Constitucional, porque todos nós, ao longo desse tempo, fomos sempre, sem sombra de dúvida, convencidos e acima de tudo esclarecidos da importância de termos uma Polícia

Científica independente, com uma gestão própria, com uma gestão realmente dentro daquilo que se exige de uma Polícia Científica.

Quero cumprimentar o meu amigo deputado Caíto Quintana, da nossa Bancada do PMDB, das Oposições, pelo trabalho que faz na Revisão Constitucional.

Quero cumprimentar o deputado Ribas Carli, que é químico legal, pela proposta de Emenda Constitucional.

Quero cumprimentar todos da Polícia Científica aqui presentes, na pessoa do meu amigo Renato Dalla Stela, meu colega de Casa do Estudante, outros como o meu amigo Pandolé.

Porque, você, Renato Dalla Stela, nesses últimos dois anos, deve ter vindo pelo menos umas 10 vezes no meu gabinete, representando a todos os seus colegas, para pedir o apoio da nossa Bancada, para que essa proposta fosse discutida e votada na Assembléia, como está hoje.

Ao final, senhor presidente, quero dizer a V. Exa. que a Polícia Científica, por tudo aquilo que já disseram o Algaci, o Vanhoni, o Alborghetti, sem sombra de dúvida, é de fundamental importância.

Puxemos a nossa memória, como fato mais importante no mundo. O "World Trade Center", em Nova Iorque, vai ter o trabalho do FBI, o trabalho da Marinha, da Força Aérea, vai ter de todos. Mas, o que mais se aguarda de tudo aquilo que aconteceu é o trabalho da Polícia Científica na identificação daqueles que morreram no desabamento das torres gêmeas.

Então, dizer da importância, é desnecessário!

O que é importante dizer, é que a Assembléia Legislativa não se omite, tem ouvidos e sensibilidade a reivindicações como essa. O nosso voto é SIM.

Peço ao presidente Hermas Brandão, que se possível tenha uma deferência especial conosco, nos convocando para votar em primeiro lugar, porque daqui a cinco minutos começa a missa de sétimo dia de falecimento da minha sogra. Se V. Exa. puder me chamar por primeiro, eu gostaria muito de poder retirar-me um pouco antes que os demais colegas.

Parabéns à Polícia Científica!

Parabéns à Assembléia pela decisão de hoje.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, o deputado Orlando Pessuti já falou em nome do PMDB e das Oposições, mas a minha intervenção é bem rapidinha.

Nós estamos aqui por unanimidade, aprovando esta Proposta de Emenda Constitucional, que dá autonomia, dá vida própria, isso é muito importante, à Polícia Científica - IML.

Nós estamos tratando aqui de um assunto dos mais importantes.

O Paraná vai ficar muito agradecido a esta posição da sua Assembléia Legislativa, tudo aquilo que se falou aqui ou que se pretenda falar em relação à Polícia Científica. Eu acho que nunca é demais.

Queria desviar-me um pouquinho desse assunto, com tantos deputados aqui, votando por unanimidade na direção de um pleito paranaense, que interessa a todos nós que é a autonomia da Polícia Científica, da Criminalística. Por que também nós não podemos aproveitar essa quarta-feira, para sustarmos os efeitos do decreto 4313, que é outro anseio total dos professores, dos pais de alunos nessa batalha que nós estamos travando?

Infelizmente, nós ficamos no meio do caminho!

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, fiz questão de estar aqui, como líder do Bloco Independente para registrar os votos de Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho, Pastor Edson, Algaci Tulio, nosso companheiro que é mais ligação a essas questões discutidas com relação a essa matéria que vai ser votada hoje e nos ajudou no encaminhamento dessa discussão e deu a sua posição, mas quero dar a posição de alguns que não puderam permanecer, Tony Garcia e Cezar Silvestri, mas para registrar a nossa posição favorável a essa Emenda Constitucional e à independência da Polícia Científica do Paraná, já que todos postulam em busca desse entendimento há algum tempo e fruto de projeto de autoria do deputado Ribas Carli, elencado por uma série de defesa em busca desse consenso, por outros parlamentares.

Portanto, registrar em nome da Bancada Independente, a qual tenho o prazer de assumir a liderança de uns dias para cá, o voto favorável à Polícia Científica, nesta Emenda Constitucional.

#### O SR. TIAGO AMORIM (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, amigos da Polícia Científica do Paraná. Ainda há pouco, conversava com dois amigos nossos, Dr. Celestino e Oswaldo Paniza, Décio Mitmann, da Polícia Técnica da 15ª Subdivisão Policial da cidade de Cascavel, com os quais convivi como repórter policial por mais de 15 anos e que tenho amizade muito boa, não só com eles, mas com outros peritos do Paraná, e venho dar o meu voto favorável porque conheço a realidade dos peritos e das dificuldades que enfrentam, não só na minha região Oeste do Estado, onde lá em Cascavel, especificamente, três peritos atendem uma região de 82 municípios. É humanamente impossível, mas lá está o perito, procurando de todas as formas e todas as horas, dar respostas aos inquéritos policiais, porque, como disse o Luiz Carlos Alborghetti há pouco, é o coração de um processo para que a Justiça possa dar o seu encaminhamento.

Quero deixar aqui, representando a região Oeste do Paraná, onde somos deputados e tem linha direta com a polícia do Paraná, dizer que conhecemos a realidade do trabalho profícuo que vocês desenvolvem em todo o Estado, e por isso, declaro o meu voto favorável a esse projeto, à Polícia Científica do Paraná.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Concedo a palavra ao deputado Ribas Carli, autor da Proposta de Reforma Constitucional.

**O SR. FERNANDO RIBAS CARLI**

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, nobres colegas da Polícia Científica que nos honram e que nos prestigiaram com as suas presenças nesta tarde, neste início de noite, e que vai ficar marcado na história não só da Assembléia Legislativa do Paraná, como na História do Brasil.

O Paraná avança na questão policial. Lembraram muito bem aqui o deputado Vanhoni, o deputado Algaci e outros companheiros, Tiago Amarin, membros que fomos, junto com o deputado Luiz Carlos Alborghetti, da Comissão Especial de Investigação do Narcotráfico.

Pudemos ali verificar o que ocorre no meio policial. Talvez para alguns deputados muitas coisas fossem novidade; não era muita novidade para mim, porque talvez muitos não saibam mas eu pertenço à classe. Sou químico legal, e costumo dizer que sou químico legal porque moro no Paraná; se eu morasse no Rio Grande do Sul, certamente seria um químico trilegal.

Mas quero dizer aos senhores, que sou químico legal, como outros químicos legais que têm no quadro da Polícia Científica, a partir da promulgação desta Emenda, de um concurso realizado em 1979, fomos 20 os aprovados como químicos legais e 20 outros colegas aprovados como toxicologistas.

Estou licenciado do cargo desde 1988, quando fui eleito prefeito de Guarapuava, em seguida deputado federal e depois deputado estadual.

Estou licenciado para exercer mandato popular, por conseguinte, estou afastado das funções, por conseguinte, também não recebo salário como químico legal.

Mas quero dizer aqui aos senhores, que é de fundamental importância o que está ocorrendo hoje, é a carta de alforria da pesquisa científica na área policial.

Não sabem os senhores a dificuldade de um perito. E quando digo um perito, me refiro ao médico legista, me refiro ao químico legal, ao toxicologista, ao perito criminal, ao perito policial. Os senhores não sabem a dificuldade que eles têm muitas vezes, ao colocar uma lâmina no microscópio e falta o óleo de cedro para poder fazer a microscopia de imersão. Não sabem os senhores a dificuldade que é a falta de computadores para emissão de um laudo, que até recentemente era feito à mão.

Nós, já no século XXI com o crime organizado com as melhores armas em suas mãos, temos ainda a nossa Polícia Científica fazendo o trabalho e sendo modelo para o Brasil, com todas essas dificuldades.

A Polícia Científica, a partir do momento da promulgação desta Emenda, passará a ser um dos órgãos da Secretaria da Segurança Pública, tal como são a Polícia Civil e a Polícia Militar, tendo independência e tendo condições de ter até orçamento próprio.

Como é que podemos querer investigar mais a fundo, por exemplo, o crime virtual que hoje acontece, quando muitos dos senhores têm de repente recursos que desapareceram da sua conta? E o senhor vai a uma Delegacia de Polícia faz a queixa, aciona o Banco. E pergunto aos senhores com que instrumento a Polícia Científica vai atuar? Temos que dar condições a esses cientistas! São todos cientistas, são pesquisadores! Não têm hora para trabalhar, porque o crime não tem hora para acontecer!

Quero, neste momento, agradecer a todos os senhores deputados. Quero dizer a todos os membros da Polícia Científica, já falo como Polícia Científica tendo em vista que todos os senhores já tm o seu crachá como de Polícia Científica, que todos os deputados, quando conversei com eles foram firmes na sua posição de que votariam favoravelmente. Entenderam que é o momento de termos a polícia que pesquisa, a polícia da pesquisa, com toda a sua liberdade.

Agradeço um a um, aos deputados desta Casa. Agradeço à liderança do Governo na pessoa do deputado Durval Amaral, que encaminhou o voto favorável, atendendo também uma solicitação das esferas de governo, que concordam com esta emenda constitucional.

Quero agradecer à Liderança das Oposições, à Liderança dos Partidos de Oposição, do Bloco Independente e a todos os senhores, por este voto, por esta confiança, porque este é um voto de confiança! Nós estamos confiando cada vez mais na polícia que faz pesquisa científica.

Quero também agradecer ao ilustre deputado Caíto Quintana, relator desta revisão constitucional, pelo seu trabalho, não só com esta Emenda mas com todas as Emendas que foram aprovadas.

Agradecer à Mesa que colocou na pauta das votações, agradecer a todos os senhores, e dizer que é histórico este dia, pela mudança que nós vamos promover na Polícia, e é histórico também, a emenda constitucional ser aprovada por unanimidade!

Quero dizer aos senhores, eu não ia me pronunciar, tendo em vista que era autor da Emenda, mas depois de ver os pronunciamentos de tantos deputados, eu não poderia me calar e agradecer, e também aqui falar em nome dos deputados do PPB, Seleme, Tony Garcia e Duílio Genari, que também dão o seu voto de confiança.

A todos os senhores, meu muito obrigado, e parabéns!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o relatório. **Aprovado.**

Solicito ao 1º Secretário a chamada nominal dos parlamentares para a votação.

Proposição 20/99, quem for favorável à Emenda Constitucional, SIM; quem for contrário, NÃO.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)**

**(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quarenta e quatro senhores deputados aprovaram, em 1ª discussão, a Emenda Constitucional.

**Está aprovada em 1ª discussão.**

Marcamos a próxima votação para o dia nove.

Quero explicar aos nossos visitantes que é preciso ter um interstício de cinco Sessões Ordinárias. Já fica marcada a próxima Sessão, para votação da Emenda à Constituição, a proposição 20/99, de autoria do deputado Ribas Carli, para o dia nove de outubro.

**(Aplausos)**

**ITEM 01**

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 12/99, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do deputado Irineu Colombo e outros, que acresce ao *caput* do artigo 27 da Constituição Estadual o princípio da economicidade. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.

**PROPOSIÇÃO Nº 12/99**

Art. 1º - Acresce ao *caput* do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná o princípio da economicidade.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 08.03.1999.

(a) IRINEU COLOMBO

**Apoiamento:**

Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson, Ademar Traiano, Hermes Fonseca, Caíto Quintana, Neivo Beraldin, Pastor Edson Praczyk, Durval Amaral, Edno Guimarães, Algaci Tulio, Luiz Accorsi, Cesar Seleme, Antonio Carlos Belinati, Elio Rusch, Cleiton Kielse, Nelson Tureck, Edgar Bueno, Nereu Moura, 1 ilegível.

**JUSTIFICATIVA:**

O artigo 27 da Carta Estadual e 37 da Federal, *caputs*, estatuem princípios que devem reger a Administração Pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, tais como da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade entre outros, que estão implícitos no decorrer dos diversos incisos, alíneas e parágrafos.

Basicamente, esses princípios denotam a preocupação com a coisa pública, com ênfase a uma administração correta, justa e transparente. Todavia, nota-se que para uma melhor ordenação sistemática e racional, se faz necessária a edição de mais um princípio, o da economicidade. Princípio este essencial para um País como o Brasil, com tantos problemas a resolver, com tantas mazelas, com tantos sem teto, com tantos sem comida, com tantos

sem emprego, e outros tantos sem, que formam o grande grupo de marginalizados do sistema federativo.

De outro lado, está o sempre alto índice de sonegação de impostos, que afeta sobremaneira a Administração e seus administrados, além de uma economia, na maioria das vezes, instável. Enfim, é inadmissível, impatriótico e desumano o desperdício de recursos públicos frente às graves carências sócio-econômicas.

Portanto, é no sentido ético-jurídico, de alcance político-social, que apresentamos esta emenda, visando, sobretudo dentre os princípios norteadores da administração, o da economicidade.

Desta forma, poderá se evitar que o governo gaste excessivamente, sem prioridades e sem critérios, com produtos, obras e serviços. Posto que permite repensar e melhor atuar no combate às profundas desigualdades sociais e regionais que estão desatendidas. Desatendimento motivado, principalmente pelo desperdício, pela irracionalidade no gasto do dinheiro público. Há que se ter sempre em conta o real papel do Estado, voltado ao bem comum, e cumprindo os objetivos fundamentais inscritos em nossa vigente Carta Magna Republicana, no artigo 3º.

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Para melhor concretizar este princípio em nosso Estado, oportunamente, via projeto de lei, detalharemos a sua aplicação. Mas, já adiantando, em nome de nossa função parlamentar e de nosso Estado e de nosso povo, peço o consentimento para sua aprovação, além é claro, desta presente emenda.

**COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL  
SOBRE PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO Nº 12/99**

**P A R E C E R :**

A presente proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Ilustre deputado Irineu Colombo, objetiva acrescentar ao *caput* do artigo 27 da Carta Estadual o princípio da economicidade.

Muito embora não integre explicitamente o texto do artigo 27, o princípio da economicidade encontra-se implícito em seu conteúdo, subjacente aos princípios da legalidade e da razoabilidade. Resta deixar claro que a observação em comento não gera nenhum empecilho à louvável pretensão do Autor.

A Constituição Federal preceitua, em seu artigo 37, *caput*, os cinco princípios básicos norteadores da Administração Pública, e que foram recepcionados pela



Constituição do Estado, em seu artigo 27, o que não impede que este venha a ser ampliado, com a adição do princípio que ora se propõe, tendo como único e salutar objetivo, o de zelar de forma inquestionável, pela probidade administrativa.

Neste aspecto, cabe ressaltar que a medida em apreço não restringe o texto constitucional maior, pelo contrário, o amplia no sentido de torná-lo mais enérgico e eficaz contra a malversação de recursos públicos, o que espelha sua constitucionalidade e oportunidade.

Considerando o exposto, o parecer é favorável, opinando pela aprovação da Emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao relator, deputado Caíto Quintana, a leitura do Relatório.

O SR. 2º SECRETÁRIO (**Caíto Quintana**)

Senhor presidente, antes da leitura do Relatório, queria chamar a atenção dos senhores parlamentares: toda a Emenda de Revisão Constitucional, necessita de vinte e oito (28) votos favoráveis. Portanto, senhores deputados, se estiverem ausentes de plenário... poderemos ter vinte e sete (27) votos favoráveis. Se não atingirmos vinte e oito (28), a Emenda acaba sendo rejeitada.

Portanto, peço aos senhores parlamentares que permaneçam no plenário, sob pena de pôr em risco as emendas.

Faremos a leitura da emenda, a leitura do Relatório e eu até recomendaria a um dos parlamentares presentes, que solicitasse chamada, para conferirmos a presença, para não pormos em risco a emenda da autora. É uma proposição do deputado Irineu Colombo.

(Lê):

“PROPOSIÇÃO Nº 12/99

SÚMULA:

Acresce ao *caput* do artigo 27 da Constituição Estadual, o princípio da economicidade.

Art. 1º - Acresce ao *caput* do artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná o princípio da economicidade.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.1999.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson, Ademar

Traiano, Hermes Fonseca, Caíto Quintana, Neivo Beraldin, Pastor Edson Praczyk, Durval Amaral, Edno Guimarães, Algaci Tulio, Luiz Accorsi, Cesar Seleme, Antonio Carlos Belinati, Elio Rusch, Cleiton Kielse, Nelson Tureck, Edgar Bueno, Nereu Moura, 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 27 da Carta Estadual e 37 da Federal, *caputs*, estatuem princípios que devem reger a Administração Pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, tais como da legalidade, impessoabilidade, moralidade, publicidade entre outros, que estão implícitos no decorrer dos diversos incisos, alíneas e parágrafos.

Basicamente, esses princípios denotam a preocupação com a coisa pública, com ênfase a uma administração correta, justa e transparente. Todavia, nota-se que para uma melhor ordenação sistemática e racional, se faz necessária a edição de mais um princípio, o da economicidade. Princípio este essencial para um País como o Brasil, com tantos problemas a resolver, com tantas mazelas, com tantos sem teto, com tantos sem comida, com tantos sem emprego, e outros tantos sem, que formam o grande grupo de marginalizados do sistema federativo.

De outro lado, está o sempre alto índice de sonegação de impostos, que afeta sobremaneira a Administração e seus administrados, além de uma economia, na maioria das vezes, instável. Enfim, é inadmissível, impatriótico e desumano o desperdício de recursos públicos frente às graves carências sócio-econômicas.

Portanto, é no sentido ético-jurídico, de alcance político-social, que apresentamos esta emenda, visando, sobretudo dentre os princípios norteadores da administração, o da economicidade.

Desta forma, poderá se evitar que o governo gaste excessivamente, sem prioridades e sem critérios, com produtos, obras e serviços. Posto que permite repensar e melhor atuar no combate às profundas desigualdades sociais e regionais que estão desatendidas. Desatendimento motivado, principalmente pelo desperdício, pela irracionalidade no gasto do dinheiro público. Há que se ter sempre em conta o real papel do Estado, voltado ao bem comum, e cumprindo os objetivos fundamentais inscritos em nossa vigente Carta Magna Republicana, no artigo 3º.

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Para melhor concretizar este princípio em nosso Estado, oportunamente, via projeto de lei, detalharemos a sua aplicação. Mas, já adiantando, em nome de nossa

função parlamentar e de nosso Estado e de nosso povo, peço o consentimento para sua aprovação, além é claro, desta presente emenda.

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL  
SOBRE PROPOSTA DE EMENDA  
À CONSTITUIÇÃO Nº 12/99

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda à Constituição, de autoria do ilustre deputado Irineu Colombo, objetiva acrescentar ao *caput* do artigo 27 da Carta Estadual o princípio da economicidade.

Muito embora não integre explicitamente o texto do artigo 27, o princípio da economicidade encontra-se implícito em seu conteúdo, subjacente aos princípios da legalidade e da razoabilidade. Resta deixar claro que a observação em comento não gera nenhum empecilho à louvável pretensão do Autor.

A Constituição Federal preceitua, em seu artigo 37, *caput*, os cinco princípios básicos norteadores da Administração Pública, e que foram recepcionados pela Constituição do Estado, em seu artigo 27, o que não impede que este venha a ser ampliado, com a adição do princípio que ora se propõe, tendo como único e salutar objetivo, o de zelar de forma inquestionável, pela probidade administrativa.

Neste aspecto, cabe ressaltar que a medida em apreço não restringe o texto constitucional maior, pelo contrário, o amplia no sentido de torná-lo mais enérgico e eficaz contra a malversação de recursos públicos, o que espelha sua constitucionalidade e oportunidade.

Considerando o exposto, o parecer é favorável, opinando pela aprovação da Emenda.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer do relator.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu queria pedir verificação de votação para não prejudicar a votação da Emenda, como disse o deputado Caíto Quintana. Se não atingirmos os 33 votos a Emenda é rejeitada, então eu peço a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao Sr. 1º secretário, que realize a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal**)

Vinte e nove, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário que seja feita a chamada para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Queria encaminhar favorável e pedir aos deputados da Oposição que se encontram nesta Casa, que compareçam para votar favoravelmente à emenda de autoria do deputado Irineu Colombo, porque é uma emenda que tem importância na economia do Paraná e merece ser aprovado.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que o 1º secretário continue a chamada para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Continua a chamada nominal**)

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tendo em vista que o autor da Emenda Constitucional nº 12/99, deputado Irineu Colombo não se encontra presente, para que todos não tenhamos aqui uma situação constrangedora de termos que votar uma emenda que o autor não se encontra presente, e que, inclusive não tenhamos que encaminhar contrariamente à aprovação dessa emenda, gostaríamos todos nós de podermos votar essa emenda e todas as emendas que estão na Ordem do Dia, mas, efetivamente, o autor não estando presente, seria de boa política e de bom entendimento, que retirássemos essa proposta da Ordem do Dia, seguissemos com os demais itens da pauta, para que não houvesse prejuízo a uma emenda tão importante como esta do deputado Irineu Colombo, que inclusive tem parecer favorável da Comissão de Revisão Constitucional e seria, dessa forma, senhor presidente, uma maneira de respeitarmos a ausência do deputado Irineu Colombo. E até também, respeitarmos a ausência dos deputados da Oposição, que nesse momento não se encontram presentes em uma manobra claramente legal, regimental, que nós da Bancada de sustentação política do Governo, também temos usado aqui na Assembléia Legislativa.

Então, quero encarecer a V. Exa., para que determine a retirada dessa emenda constitucional da Ordem do Dia e para que possamos prosseguir com os demais itens da pauta, senhor presidente.

Era esta a questão que estava levantando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Respondendo à questão de ordem de V. Exa., quero informar que estamos em processo de votação e não podemos atender a sua solicitação.

Solicito ao 1º Secretário que continue a chamada para votação, dos senhores parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)  
(**Procede à continuação da chamada nominal dos senhores deputados para votação**).

(**Procede à 2ª chamada nominal dos senhores deputados para votação**).

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, já encerrou o processo de votação?

Estão chegando mais deputados que poderiam votar, senhor presidente: a deputada Luciana Rafagnin, o deputado Edson Strapasson...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos registrar!

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

31 senhores deputados votaram SIM, senhor presidente!

O SR. NEREU MOURA

Dá para registrar mais dois votos, dá os 33, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Gostaria que o 1º secretário, consultasse a deputada Luciana Rafagnin, deputado Edson Strapasson e deputado Custódio, como votam.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal dos deputados**)

Trinta e quatro senhores deputados votaram SIM.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Está aprovada em 1ª discussão a Proposição nº 12/99**, de autoria do deputado Irineu Colombo e outros senhores deputados.

Fica também marcado o dia 09, para colocarmos em 2ª votação.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, faço um apelo a V. Exa., como ocorreu na data de ontem, a pauta das Emendas, que sejam feitas em pautas separadas, não misturadas em outros projetos, senhor presidente, porque foi isso que provocou um certo desentendimento aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos aceitar a sua ponderação para as próximas Sessões, de Emendas Constitucionais.

### ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 082/2001, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria da depu-

tada Luciana Rafagnin e outros, que acrescenta um novo artigo ao capítulo V, da Constituição do Estado do Paraná, que trata do meio ambiente, conforme especifica.  
**COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.**

### PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL DA PROPOSIÇÃO Nº 082/2001

Emenda Aditiva:

Acrescenta-se um novo artigo ao Capítulo V, da Constituição Estadual, que trata do meio ambiente, com a seguinte redação:

Art. ... - As empresas que desenvolvam atividades potencialidades poluidoras, ou atividades que provoquem outras formas de degradação ao meio ambiente de impacto significativo, deverão por ocasião do registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial, bem como, quando da criação de novas filiais ou novos empreendimentos, apresentar a licença ambiental emitida pelo órgão competente.

Sala das Sessões, em 26.04.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Irineu Colombo, Tony Garcia, Waldyr Pugliesi, Algaci Tulio, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Renato Gaúcho, Eli Ghellere, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, Marcos Isfer, Orlando Pessuti, Cesar Seleme e Luiz Fernandes da Silva Litro.

JUSTIFICATIVA:

A Proposta de Emenda Constitucional em tela, visa dar maior efetividade à função fiscalizadora do Estado no que tange à preservação do meio ambiente.

É público e notório que muitas empresas que exercem atividades com elevado potencial poluidor, o fazem sem sofrer qualquer fiscalização, ou quando esta é feita, ocorre de modo muito precário. Não raro, quando o Poder Público chega até o local, através de seus agentes, as empresas já se encontram em pleno funcionamento, não havendo muito a ser feito.

O que se pretende com a presente proposta de emenda constitucional, é criar um mecanismo efetivo, na proteção ao meio ambiente, que seja preventivo, agindo antes que ocorra o dano ambiental. O que se busca é evitar o dano, isto é muito mais importante que posteriores penalizações.

A licença ambiental exigida como pré-requisito para o registro na Junta Comercial de empresas que pretendam desenvolver atividade potencialmente poluidora ou que degrade o meio ambiente, evitará que muitos aventureiros ou desavisados, venham a causar danos ao meio ambiente.

PROPOSTA DE  
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 082/2001

P A R E C E R :

A presente proposta de Emenda Constitucional, de autoria da nobre deputada Luciana Rafagnin, objetiva a inserção de um novo artigo ao Capítulo V, da Constituição do Estado, que trata do Meio Ambiente.

É deveras preocupante a situação em que se encontra o Estado do Paraná no aspecto atinente à destruição desvairada do meio ambiente, pelos mais variados tipos de agressão, que vão desde o desmatamento indiscriminado ao lançamento de agentes poluentes nos mananciais hidrográficos e na própria atmosfera.

A Emenda em apreço objetiva fornecer ao Estado os meios necessários, através de disposição constitucional expressa, com vistas a coibir a prática de qualquer tipo de agressão que cause impacto ambiental significativo.

Como é de notório conhecimento, muitas empresas são as grandes responsáveis por esse estado de coisas e, como bem disse a ilustre autora da presente emenda em sua justificativa, depois de instaladas incorretamente, o mal que venham a causar é de difícil reparação.

Por se tratar de medida preventiva, objetivando a melhoria das condições de vida da população e até da sobrevivência das gerações futuras, a proposta em exame é de grande oportunidade.

Quanto à constitucionalidade, não há vício algum que possa obstar sua tramitação.

Isto posto, o parecer é favorável, opinando esta relatoria pela aprovação da matéria, porém, para melhor adequação ao texto constitucional, não como novo artigo, mas como § 3º, do artigo 207, devendo ser o atual § 3º remanejado para § 4º.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Caíto Quintana, a leitura do parecer.

O SR. CAÍTO QUINTANA

(**Faz a leitura do parecer**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão o parecer do relator Caíto Quintana.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Solicito ao 1º secretário, deputado Sérgio Spada, a chamada dos senhores parlamentares para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Sérgio Spada**)

(**Procede à chamada nominal**)

Trinta e três (33) senhores deputados votaram SIM e nenhum deputado votou NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta e três (33) senhores parlamentares aprovaram em 1ª discussão, a proposta constitucional, a emenda de Constituição, da Proposição nº 082/2001, da deputada Luciana Rafagnin.

E informo também aos senhores parlamentares, que voltará na Sessão do dia nove esta proposição, em 2ª discussão.

**ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 083/2001, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que dá nova redação ao artigo 43 da Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL. COM SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.

PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL DA  
PROPOSIÇÃO Nº 083/2001

Dá nova redação ao artigo 43 da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 43: É vedada a cessão de servidores públicos da administração direta ou indireta do Estado a empresas ou entidades privadas”.

Sala das Sessões, em 04.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa equacionar o texto constitucional à realidade da administração pública e adequando-a aos dispositivos da Constituição Federal.

COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL  
PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

As propostas de Emendas à Constituição em epígrafe, ambas de autoria do nobre deputado Luiz Carlos Zuk, objetivam dar nova redação ao artigo 43 e suprimir o artigo 44, da Constituição Estadual.

Ditas Emendas não podem ser analisadas separadamente, por tratarem de matéria inter-relacionadas, valendo dizer que se uma das emendas for aprovada e a outra rejeitada, fatalmente criará uma anomalia de impossível reparação, inviabilizando a aplicação das disposições contidas nos referidos artigos, ora em vigor, se não vejamos:

No que se refere à alteração do artigo 43, a proposta restringe-se à vedação da cessão de funcionários públicos da administração direta ou indireta do Estado, somente a empresas ou entidades privadas, excluindo da vedação a cedência para empresas ou órgãos públicos, ficando, portanto, livre a cessão de servidores entre órgãos da Administração Pública, inclusive de um Poder para outro.

Se esta emenda for aprovada, e também a que propõe a supressão do artigo 44, não ocorrerá nenhum pro-

blema, a cessão poderá ser feita livremente, como dito acima, o que corresponde a intenção do autor.

Cabe aqui frisar que não existe nenhum impedimento de ordem constitucional para a efetivação das medidas propostas. As barreiras existentes restringem-se tão somente a razões de ordem técnica/legislativa, as quais sanadas, encontra-se a proposição em condições de ser submetida à apreciação plenária.

Considerando as razões expostas, julgamos ser de bom alvitre a fusão das Emendas, manifestando-nos favoravelmente à sua aprovação, na forma da subemenda substitutiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

#### SUBEMENDA SUBSTITUTIVA DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

O artigo 43 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 43 - “É vedada a cessão de servidores públicos da administração direta ou indireta do Estado a empresas ou entidades privadas”.

Suprima-se o artigo 44 da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 03.09.2001

(a) CAÍTO QUINTANA

Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Caíto Quintana, relator, que faça o seu relatório oral.

O SR. CAÍTO QUINTANA

(Lê):

“EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO  
ESTADO DO PARANÁ  
PROPOSIÇÃO Nº 083/2001

Dá nova redação ao artigo 43 da Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 43: É vedada a cessão de servidores públicos da administração direta ou indireta do Estado a empresas ou entidades privadas”.

Sala das Sessões, em 30.04.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A Emenda visa equacionar o texto constitucional à realidade da administração pública e adequando-a aos dispositivos da Constituição Federal.

#### COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

P A R E C E R :

As propostas de Emendas à Constituição em epígrafe, ambas de autoria do nobre deputado Luiz Carlos

Zuk, objetivam dar nova redação ao artigo 43 e suprimir o artigo 44, da Constituição Estadual.

Ditas Emendas não podem ser analisadas separadamente, por tratarem de matéria inter-relacionadas, valendo dizer que se uma das emendas for aprovada e a outra rejeitada, fatalmente criará uma anomalia de impossível reparação, inviabilizando a aplicação das disposições contidas nos referidos artigos, ora em vigor, se não vejamos:

No que se refere à alteração do artigo 43, a proposta restringe-se à vedação da cessão de funcionários públicos da administração direta ou indireta do Estado, somente a empresas ou entidades privadas, excluindo da vedação a cedência para empresas ou órgãos públicos, ficando, portanto, livre a cessão de servidores entre órgãos da Administração Pública, inclusive de um Poder para outro.

Se esta emenda for aprovada, e também a que propõe a supressão do artigo 44, não ocorrerá nenhum problema, a cessão poderá ser feita livremente, como dito acima, o que corresponde a intenção do autor.

Cabe aqui frisar que não existe nenhum impedimento de ordem constitucional para a efetivação das medidas propostas. As barreiras existentes restringem-se tão somente a razões de ordem técnica/legislativa, as quais sanadas, encontra-se a proposição em condições de ser submetida à apreciação plenária.

Considerando as razões expostas, julgamos ser de bom alvitre a fusão das Emendas, manifestando-nos favoravelmente à sua aprovação, na forma da subemenda substitutiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator”

Justifico, senhor presidente: o deputado Zuk estava com duas emendas. O objetivo das emendas do deputado Zuk era não permitir a cedência de servidor público à iniciativa privada. Se não fizessemos a fusão das duas emendas, estaríamos prejudicando a cessão de funcionários para a iniciativa privada e, ao mesmo tempo, a cessão de funcionários mesmo de um Poder para outro, dentro do Poder Público.

Portanto, na fusão das duas emendas, fica proibida a cessão de servidor público a qualquer órgão da iniciativa privada, mantendo, conforme o dispositivo constitucional, a possibilidade de que no Poder um funcionário possa ser cedido para o outro. Esse é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos votar, portanto, então, a emenda substitutiva do deputado Caíto Quintana, relator da proposta do deputado Luiz Carlos Zuk.

Está em votação o relatório. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Solicito ao deputado Sérgio Spada, 1º secretário, para que proceda à chamada nominal dos senhores parlamentares, para a votação da emenda substitutiva, formu-

lada pelo deputado Caíto Quintana, ao Projeto de Proposição nº 083/2001.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Sérgio Spada**)

**(Procede à chamada nominal dos senhores parlamentares)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta e cinco (35) senhores deputados votaram SIM; nenhum NÃO.

Está aprovada em 1ª discussão, a emenda proposta pelo deputado Luiz Carlos Zuk, com a emenda do deputado Caíto Quintana e também marcamos para voltar na pauta no próximo dia 9 de outubro.

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 084/2001, proposta de emenda à Constituição Estadual, de autoria do deputado Cesar Seleme, que acrescenta um novo artigo à Constituição do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE REVISÃO CONSTITUCIONAL.

### PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL DA PROPOSIÇÃO Nº 084/2001

Art. ... - Aos terceiros de boa-fé serão indenizados todos os prejuízos materiais, inclusive perda ou cessação de renda, advindos de ato de exceção ocorrido no período revolucionário, desde que também haja resultado e benefício, direto ou indireto, ao Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A verificação do direito e do valor dos prejuízos deverão ser realizados em pleito administrativo, mediante requerimento do interessado, podendo o Poder Executivo pagar o débito através de compensação com seus créditos fiscais, inscritos ou não em Dívida Ativa.

Sala das Sessões, em 28.06.2001.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Gradativamente a União e o Estado tem buscado restaurar o patrimônio moral e material de pessoas atingidas por atos de exceção ocorridos em períodos de dificuldades democráticas. O dispositivo limita a indenização a hipótese em que haja ocorrido também o enriquecimento indevido do próprio Estado do Paraná, incumbindo ao interessado provar tanto a perda como o benefício, direto ou indireto, do Estado.

### PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

**P A R E C E R :**

A presente emenda, proposta pelo nobre deputado Cesar Seleme, objetiva criar mecanismos constitucionais que obriguem o Estado a indenizar terceiros de boa-fé, que tenham sofrido prejuízos materiais decorrentes de

atos de exceção, durante o período revolucionário, na forma que especifica.

É de notório conhecimento os desmandos praticados pelo regime ditatorial que se instalou no País a partir de 1964. A ordem jurídica, desde então, foi totalmente afrontada, dentre outras formas, pelos chamados atos de exceção, que iam das portarias ministeriais aos atos institucionais. Em muitos casos, referidos atos atingiam o cidadão comum, de maneira drástica, causando-lhe, via de regra, prejuízos morais e materiais de difícil reparação à época, por não lhe ser dada a oportunidade de despesa.

Portanto, nada mais justo e oportuno que o Estado venha agora, com a consolidação do regime democrático, corrigir ditas injustiças, através de processo indenizatório, nos casos em que, de qualquer forma, tenha auferido benefícios.

Além deste aspecto, a medida, por simetria, encontra respaldo no artigo 8º e seus parágrafos e artigo 9º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que concedem anistia aos que foram atingidos, por atos de exceção em face de motivos políticos e, também, o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que evitados de vícios graves.

Nesta esteira, nada mais justo e oportuno que inserir na Carta Estadual disposição que obrigue o Estado a indenizar aqueles que sofreram prejuízos materiais, motivados por tais atos, nos casos em que deles obteve benefícios diretos ou indiretos.

Isto posto, o parecer é favorável à aprovação da emenda em apreço.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao relator, deputado Caíto Quintana, a leitura do seu parecer.

O SR. CAÍTO QUINTANA

(Lê):

### PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 084/2001

Emenda Aditiva: Acrescenta-se um novo artigo ao Capítulo ..., da Constituição Estadual, que trata das indenizações.

Art. ... - Aos terceiros de boa-fé serão indenizados todos os prejuízos materiais, inclusive perda ou cessação de renda, advindos de ato de exceção ocorrido no período revolucionário, desde que também haja resultado e benefício, direto ou indireto, ao Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A verificação do direito e do valor dos prejuízos deverão ser realizados em pleito administrativo, mediante requerimento do interessado, podendo o Poder Executivo pagar o débito através de

compensação com seus créditos fiscais, inscritos ou não em Dívida Ativa.

**JUSTIFICATIVA:**

Gradativamente a União e o Estado tem buscado restaurar o patrimônio moral e material de pessoas atingidas por atos de exceção ocorridos em períodos de dificuldades democráticas. O dispositivo limita a indenização a hipótese em que haja ocorrido também o enriquecimento indevido do próprio Estado do Paraná, incumbindo ao interessado provar tanto a perda como o benefício, direto ou indireto, do Estado.

**PROPOSTA DE EMENDA DE REVISÃO  
CONSTITUCIONAL**

**P A R E C E R :**

A presente emenda, proposta pelo nobre deputado Cesar Seleme, objetiva criar mecanismos constitucionais que obriguem o Estado a indenizar terceiros de boa-fé, que tenham sofrido prejuízos materiais decorrentes de atos de exceção, durante o período revolucionário, na forma que especifica.

É de notório conhecimento os desmandos praticados pelo regime ditatorial que se instalou no País a partir de 1964. A ordem jurídica, desde então, foi totalmente afrontada, dentre outras formas, pelos chamados atos de exceção, que iam das portarias ministeriais aos atos institucionais. Em muitos casos, referidos atos atingiam o cidadão comum, de maneira drástica, causando-lhe, via de regra, prejuízos morais e materiais de difícil reparação à época, por não lhe ser dada a oportunidade de despesa.

Portanto, nada mais justo e oportuno que o Estado venha agora, com a consolidação do regime democrático, corrigir ditas injustiças, através de processo indenizatório, nos casos em que, de qualquer forma, tenha auferido benefícios.

Além deste aspecto, a medida, por simetria, encontra respaldo no artigo 8º e seus parágrafos e artigo 9º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988, que concedem anistia aos que foram atingidos, por atos de exceção em face de motivos políticos e, também, o reconhecimento dos direitos e vantagens interrompidos pelos atos punitivos, desde que eivados de vícios graves.

Nesta esteira, nada mais justo e oportuno que inserir na Carta Estadual disposição que obrigue o Estado a indenizar aqueles que sofreram prejuízos materiais, motivados por tais atos, nos casos em que deles obteve benefícios diretos ou indiretos.

Isto posto, o parecer é favorável à aprovação da emenda em apreço.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2001.

(a) CAÍTO QUINTANA - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Em votação o parecer do relator, Caíto Quintana.  
**Aprovado.**

Solicito ao deputado Sergio Spada, a Chamada dos senhores Parlamentares para a votação.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Sérgio Spada)**  
**(Procede à chamada para a votação).**  
**(Segunda chamada da votação).**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**  
Trinta e cinco (35) votaram: SIM.  
**Está aprovada a Emenda Constitucional em 1ª**  
**Discussão do deputado Cesar Seleme.**  
Também voltará para a pauta no dia 09 de outubro de 2001.

Pela Ordem, o deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA**

Senhor presidente, embora esteja na Mesa, mas já concluída a minha participação como relator do processo de revisão, com as emendas sendo votadas, gostaria de reforçar uma solicitação que foi feita, se me parece pelo deputado Algaci Tulio.

Proponho-me de auxiliá-lo cuidar disso.

Nós temos mais emendas de revisão para votar.

Nas próximas Sessões, quando nós votarmos Emendas de Revisão Constitucional, vamos votar uma pauta só de Emendas de Revisão Constitucional, sem misturar matéria de revisão com matéria de ordem normal da Casa, para evitar polêmica como essa que acontece, que pode colocar em risco a votação de uma Emenda.

Encerro a participação como revisor.

Daqui a cinco dias, estaremos votando a 2ª Votação dessas Emendas, e outras novas, que estão na revisão para serem votadas em 1ª discussão.

Será feito em Sessão Extraordinária exclusiva de Revisão Constitucional.

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Obrigado pelo trabalho desenvolvido por V. Exa. que dá a oportunidade de analisarmos as propostas dos senhores parlamentares à nossa Reforma Constitucional.

**ITEM 06**

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 379/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 035/2001, que aprova um crédito suplementar no valor de R\$2.059.500,00 (dois milhões, cinquenta e nove mil e quinhentos reais), ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.**

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI**

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa solicita do senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Sérgio Spada**)

(**Procede à chamada nominal**)

O SR. ADEMAR TRAIANO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu desisto da chamada nominal, uma vez que está constatando que existe vinte e oito senhores deputados em plenário.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

O senhor presidente, solicitaria que V. Exa. conferisse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos fazer a conferência. Solicito aos deputados que permaneçam em seus lugares para que possamos fazer a verificação de quórum.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Registro o meu voto contrário, senhor presidente, e solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam queiram levantar-se.

Vinte e oito deputado votaram “Sim”.

Um, votou “Não”.

**Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 036/2001, que dispõe sobre aprovação de um ajuste no programa de obras no valor de R\$1.312.780,00 (um milhão trezentos e doze mil e setecentos e oitenta reais), ao vigente orçamento da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2001, de autoria do Poderb Executivo - Mensagem nº 039/2001, que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplemen-

tar no valor de R\$11.932.000,00 (onze milhões, novecentos e trinta e dois mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que aprova a construção de Usina Termelétrica na Zona Industrial ZI-1 do município de Araucária. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, COPTC E CEMA. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ ÀS EMENDAS DE NºS 02, 05 E 06 E CONTRÁRIO ÀS DE NºS 01, 03 E 04.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS - PROJETO DE LEI Nº 325/00

#### P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Valdir Rossoni, o projeto em questão aprova a construção de Usina Termelétrica na Zona Industrial ZI-1 do município de Araucária.

O projeto recebeu seis emendas em Plenário, as quais foram analisadas. Sobre as mesmas constatamos que três (emendas nº 01, 03 e 04) são substancialmente iguais às outras (emendas nº 02, 05 e 06).

Diante do exposto, opinamos por rejeitar as primeiras (emendas 01, 03 e 04), pois seus conteúdos estão expressos nas outras três e sobre as Emendas nº 02, 05 e 06, opinamos pelo parecer favorável e encaminhamos o presente projeto de lei à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente para análise e parecer, mediante a apresentação do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), conforme o dispositivo legal exige (Artigo 225, parágrafo 1º, IV da Constituição Federal):

“Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

...

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

Sala das Comissões, em 17.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Carlos Simões, José Maria Ferreira, Hidekazu Takayama, Ademar Traiano, Marcos Isfer, Antonio Carlos Belinati.



**Emenda nº 05**

Condiciona a aprovação da Usina Termelétrica à realização de plebiscito no município de Araucária.

Devido ao impacto que causará à população local tanto no aspecto ambiental como econômico, verificamos a necessidade de ouvi-la através de consulta plebiscitária.

**Emenda nº 06**

Insere o Ministério Público Estadual e Secretaria de Estado do Meio Ambiente no processo de discussão do Relatório de Impacto (RIMA).

A inserção amplia o campo da discussão, além de garantir o aval do Ministério Público Estadual em todas as ações no decorrer do processo.

**RELATÓRIO DE EMENDAS  
PROJETO DE LEI 325/2000**

**Emenda nº 01**

Adiciona parágrafo único ao artigo 2º do Projeto de Lei.

O texto que ora se insere reforça a necessidade de cumprimento da legislação ambiental.

**Emenda nº 02**

Modifica o artigo 2º, condicionando-o ao que estabelece o artigo 209, da Constituição Estadual e instituindo a participação dos Poderes Executivo e Legislativo na discussão do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) em audiência pública.

As inserções textuais complementam o texto e ampliam o campo de discussões do RIMA.

**Emenda nº 03**

Condiciona a aplicação da lei oriunda do presente projeto ao cumprimento de todos os procedimentos relativos ao RIMA.

O texto impede que ações sejam iniciadas sem que os procedimentos legais sejam cumpridos.

**Emenda nº 04**

Insere a obrigatoriedade de publicidade do Relatório de Impacto Ambiental, bem como de licença do IAP.

A norma confere maior transparência ao processo objeto do projeto de lei.

**Em votação.**

O SR. ALGACI TULIO

Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Houve um erro, é só para encaminhar a votação.

A discussão já está encerrada, é só para encaminhamento de votação.

V. Exa. vai encaminhar?

O SR. ALGACI TULIO

Quero levantar antes uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pois não.

O SR. ALGACI TULIO

Inicialmente deixar bem claro que eu não tenho uma posição totalmente contrária à questão da Termoelétrica. Mas, quero, antes de encaminhar o projeto dizer que lamentamos profundamente a forma, senhor presidente, em que este projeto tramitou nesta Casa de Leis e pelo fato de estar ele hoje na Ordem do Dia.

Tenho inclusive um relatório a fazer neste momento, dizendo de que a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente fez várias reuniões, fez audiência pública em Araucária, no plenarinho da Assembléia, e no entanto, isso não foi o suficiente para se fazer um parecer que o projeto merecia. Estranhamente vejo o projeto que esteve hoje na Ordem do Dia na Sessão Ordinária de repente, já está na Extraordinária em 2ª votação.

Quero registrar, inicialmente, na minha Questão de Ordem, esse meu descontentamento pela forma tão veloz como vai o projeto à votação, sem observar, inclusive uma discussão mais aprimorada.

É essa a minha primeira intervenção.

Agora peço para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. pode encaminhar por 10 minutos.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente e senhores deputados.

Quero dizer a este Plenário que se tem uma coisa que levo muito a sério, é a minha função de parlamentar, e que às vezes me torno até chato, aqui no Plenário, por corrigir algumas situações que a Ordem do Dia apresenta, por estar presente em todos os momentos que a Assembléia me convoca nas reuniões, nas Comissões Internas, e até para assumir lugar de titular.

Quando o titular não comparece, o suplente deputado Algaci Tulio está lá!. Nunca me furtei a participar de uma discussão do projeto. Estivemos com a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente em Araucária, fazendo audiência pública, fizemos audiências públicas aqui na Assembléia, e lamentavelmente não consigo entender, senhor presidente, por que é que este projeto que deu entrada já no ano 2000, como é que se arrastou tanto, como é que não exarou o parecer, como é que não se discutiu com profundidade da importância desta usina, da forma como ela será construída?

Tenho ali na minha pasta, tenho dossiê encaminhado ainda hoje, pelo prefeito Albanor Gomes, da cidade de Araucária, onde exige uma série de informações de comprometimento com os investidores.

É um investimento de 1 milhão e duzentos mil reais, onde se exige uma série de outros investimentos para garantir a qualidade de vida, não só do povo de Araucária, mas a qualidade de vida de parte da população de Curitiba e região metropolitana. A preocupação que eu

tenho naquilo que estamos aqui aprovando. Não quero amanhã ou depois ser acusado de relapso, de omissão, de ter discutido uma matéria e não ter me aprofundado nesta discussão e alertado esta Casa.

Já trouxe aqui em discussão anterior, mostrando todo o perigo, a preocupação que tem o povo de Araucária. A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, deputado Valdir Rossoni, tem quarenta mil assinaturas da população de Araucária, prefeito Albanor Gomes, está aqui a avaliação ambiental da Cofepar, Prefeitura Municipal de Araucária e um dos itens aqui onde faz uma série de recomendações para os investidores, estão estabelecidos em várias laudas, não vou cansá-los, porque afinal de contas, não vou conseguir convencê-los a votar contra o projeto.

Senhor presidente, eu quero deixar o meu voto em separado, ou pelo menos uma justificativa do meu voto contrário.

“O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem apresentar voto em separado, contrário, ao Projeto de Lei nº 325/2000, que aprova a construção de usina termelétrica na zona industrial Z1, do município de Araucária, pelos motivos seguir: - O projeto de lei apresentado, nº 325/2000, padece de falta de maiores explicações técnicas e esclarecimentos. A respeito do mesmo o Instituto Ambiental do Paraná, IAP, foi convocado pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, desta Casa de Leis e perante a mesma não compareceu, para prestar os devidos esclarecimentos.

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente esteve em audiência pública, no município de Araucária, atendendo o artigo 209 da Constituição Estadual e recebeu manifestações contrárias à instalação da termelétrica no município já que a população, entidades de classe, inclusive vereadores do município expressaram em cerca de 40 mil assinaturas que compuseram um abaixo-assinado, sendo contrários à instalação.

A Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, em audiências públicas na Assembléia Legislativa do Paraná, encontrava-se ainda tomando conhecimento da situação, mas os atropelos para a rápida aprovação do projeto impediram o aprofundamento maior dos estudos, haja vista que inclusive o estudo de impacto ambiental, o EIA/RIMA só chegou nesta Casa de Leis na semana passada e não chegou aos demais parlamentares da Comissão de Ecologia.

Em 1998, coincidentemente, um projeto de lei semelhante tramitou nesta Casa, aprovando a construção de uma usina de gás, em Araucária, e veio a Plenário também sem uma discussão mais aprofundada da matéria e sem o parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.

Na última quinta feira, dia 20, os membros de Comissão de Ecologia Meio Ambiente foram convocados pelo presidente, Neivo Beraldin, para a discussão do EIA/RIMA e proferir parecer sobre o Projeto de Lei nº 325/2000 e lamentavelmente, senhor presidente, lá estava quem? Eu, a deputada Luciana Rafagnin e o deputado

Neivo Beraldin, e tendo como testemunha o deputado Orlando Pessuti, que os membros da bancada do Governo que compõem a Comissão do Meio Ambiente não compareceram àquela reunião. Não se fizeram presentes, faltando portanto, quórum para a reunião.

Em data de segunda feira, dia 24, o mesmo fato se repetiu, ficando portanto o projeto de lei sem o devido parecer daquela Comissão e tendo o presidente da comissão suspenso a reunião por falta de quórum.

“Estranhamente, senhor presidente, e isto se usou muito nesta Casa aqui, em anos anteriores, estranhamente se fez um parecer em que a Comissão do Meio Ambiente e Ecologia não foi convocada. Eu, como membro atuante da Comissão não fui convocado, a deputada Luciana Rafagnin não foi convocada e estranhamente, em data de ontem, o projeto de lei encontra-se na Ordem do Dia, com Parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sem que, no entanto, tenha sido convocada reunião para deliberação sobre o mesmo. Nem este parlamentar, nem a deputada Luciana Rafagnin, nem o deputado Ademir Bier que faz parte também, fomos convocados, por escrito, sequer por telefone, nem sequer por um convite, nos corredores desta Casa, senhor presidente.

**(Lê):**

“Diante da grande envergadura do projeto de lei, cujo resultado poderá modificar drasticamente a qualidade de vida da população do município de Araucária e regiões vizinhas, que têm sido consultadas, manifestando-se contrariamente à instalação da usina termelétrica e não tendo o assunto sido devidamente discutido e aprofundado pela Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa de Leis”.

Estranhamente, o presidente desta Comissão não está na Casa, há dois dias!

Então, senhor presidente, entendendo que não mereci o devido respeito dos demais membros da Comissão de Ecologia da Assembléia, por não ter sido convocado, sequer verbalmente, muito menos por escrito, estranhando profundamente esta atitude, que já foi repudiada nesta Casa durante as quatro legislaturas em que estou aqui. Se fazia muito isto pelos corredores da Assembléia: se pegava assinatura para um parecer, em cima do joelho, nos corredores da Assembléia!

Lamentavelmente, num projeto de tamanha envergadura como este, sinto-me constrangido, senhor presidente, em votar favorável, por não ter sido respeitado nesta Casa, e pelos membros que fazem parte desta Comissão.

Quando vejo, hoje, na Ordem do Dia, assinaturas de quatro parlamentares, sem que ali estivesse eu convocado para dar meu Parecer, favorável ou contrário, que era o que eu desejava na Comissão de Ecologia, participar da discussão, dar meu voto favorável ou contrário, mas não ser sumariamente eliminado, senhor presidente.

Que isto, senhor presidente, não aconteça mais. Aconteceu comigo, com a deputada Luciana e com o deputado Ademir Bier.

Que não aconteça mais nesta Casa, senhor presidente. Isto só depõe contra a nossa Assembléia, que tem sido tão produtiva, tão respeitada, mas que lamentavelmente eu saio daqui hoje, depois de tanta discussão, constrangido, arrasado por esta falta de consideração, por não ter sido convocado para colocar, neste parecer, não importa se favorável ou contrário, mas pelo menos colocar minha assinatura, dando minha posição.

Lamento profundamente.

Fica aqui o meu protesto, senhor presidente, e este meu voto contrário ao projeto de lei. Talvez, não até pelo mérito do projeto. Não entro na questão do projeto de lei, em si. Entro muito mais na questão funcional, na questão de tramitação do projeto, nesta Casa, que não mereceu, pela Comissão, que é a mais importante, depois da CCJ, é a mais importante para dar um parecer. E este parecer foi feito em cima do joelho, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. **Aprovado, artigo por artigo**, com o voto contrário dos deputados Augustinho Zucchi, Pastor Edson, Luiz Carlos Zuk e Sérgio Spada.

Para justificativa de voto, com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, queria fazer um apelo ao deputado Valdir Rossoni, que é autor do projeto. Aliás, este projeto deu uma grande controvérsia na Casa, de que mesmo aprovado o projeto, aqui, que houvesse e tenho certeza de que o deputado Valdir Rossoni vai nos entender, só estou votando contra por não ter conhecimento do Relatório de Impacto Ambiental, que me parece estar em mãos do deputado Neivo Beraldin, que não está presente na Sessão, que nós pudéssemos ouvir...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo aos senhores deputados que temos emendas ao projeto, a serem votadas.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

... que nós pudéssemos discutir - já encerro, senhor presidente - que nós pudéssemos discutir o Relatório de Impacto Ambiental aqui nesta Casa, no plenarinho, junto com o IAP.

É a solicitação que eu faço. Voto contra por não saber e não ter conhecimento do Relatório de Impacto Ambiental. Não é contra o investimento, porque acho que todos os deputados aqui, de posse desse Relatório, poderiam votar favoravelmente a este projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As Emendas com parecer favoráveis: a de nº 02 - "O artigo do Projeto de Lei 325/2000, passa a ter a

seguinte redação: Artigo 2º - A construção da usina mencionada ao artigo 1º desta lei, virá condicionada ao que estabelece o artigo 209 da Constituição Estadual, bem como a discussão do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, em audiência pública, com participação dos representantes do Poder Executivo e Legislativo e das populações atingidas pelo empreendimento, além da concessão do licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná, na forma da lei".

Em votação: **Aprovado**.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

Estamos votando contrariamente à emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Sérgio Spada**)

29 (vinte e nove) senhores deputados presentes.

25 (vinte e cinco) a favor. 04 (quatro) contra.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Está rejeitada a emenda.**

Emenda 5: "Acrescente-se novo artigo ao Projeto de Lei nº 325/2000, com o artigo 3º renumerando-se os demais, contendo com a seguinte redação: Artigo 3º: Além da discussão e da aprovação da EIA-RIMA a aprovação da construção da referida termelétrica fica condicionada à realização do plebiscito no município de Araucária tendo resultado a aprovação."

Em votação. **Está rejeitada.**

Emenda nº 6 com parecer favorável: "Fica alterado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 325". O autor é o deputado Ricardo Chab.

"A construção da Usina mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada à discussão do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, em audiência pública com a participação das populações atingidas pelo empreendimento do MP Estadual, da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a concessão de licenciamento do IAP com emissão de licença prévia LP, na forma da Lei."

Em votação. **Está rejeitada.**

Emenda do deputado Valdir Rossoni, com parecer contrário.

Acrescenta-se emenda aditiva do Projeto de Lei nº 325/2000. Acrescenta-se o parágrafo único no artigo 2º do Projeto de Lei nº 325/2000, conforme com a redação seguinte:

"Artigo 2º...

Parágrafo Único: O empreendedor deverá cumprir todas as exigências previstas no licenciamento ambiental."

Como tem parecer contrário, tem que ser da forma inversa.

**Em votação.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para esclarecer que o parecer contrário é porque outras três emendas foram aprovadas

com o mesmo teor, portanto não é o fato de não acatar a emenda. Foi acatada uma emenda anterior que já trata do mesmo assunto que já foi aprovada, que tem parecer favorável, e parece que foi derrubada.

Então, tem que aprovar essa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação, deputados que aprovam queiram levantar-se.

**Está rejeitada a emenda.**

Emenda do deputado Nereu Moura.

Deputados que aprovam a emenda do deputado Nereu Moura queriam levantar-se.

**Rejeitada.**

Emenda nº 4 de autoria do deputado Cezar Silvestri, com parecer contrário.

Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

**Está rejeitada. O projeto irá para redação final.**

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

## Atas de Comissão:

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, José Maria Ferreira, Marcos Isfer, Antonio Carlos Belinati, Carlos Simões, Algaci Tulio, Ademar Traiano e mais o deputado Hidekazu Takayama. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 325/2000, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer do deputado Algaci Tulio, FAVORÁVEL às emendas 02, 05 e 06 e CONTRÁRIO às emendas 01, 03 e 04 de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 335/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Ademar Traiano - APROVADO. O senhor presidente comunica aos senhores deputados presentes que os projetos de lei que foram concedidos vistas aos deputados nas reuniões passadas terão preferência na reunião ordinária que será realizada amanhã. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim,

Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e um, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Ademar Traiano, Marcos Isfer, mais os deputados Hidekazu Takayama, Geraldo Cartário. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 143/2001, de autoria do deputado Neivo Beraldin. Parecer do deputado Ademar Traiano - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 165/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer CONTRÁRIO do deputado Ademar Traiano - APROVADO, com voto contrário do parecer dos deputados Algaci Tulio, José Maria Ferreira e Orlando Pessuti; 03) Proposição-veto nº 071/2001, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do encaminhamento à Plenário do deputado Ademar Traiano; 04) Projeto de Lei nº 099/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 098/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana. O senhor presidente determina a retirada da matéria de pauta para que esta secretaria faça a verificação de tramitação do projeto de lei semelhante; 06) Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 121/2001, de autoria dos deputados Hermes Fonseca e Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 271/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda anexa do deputado Antonio Carlos Belinati, lido pelo deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 430/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere. Parecer FAVORÁVEL do deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 436/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer favorável do deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 432/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Geraldo Cartário - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 426/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati, lido pelo deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 185/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do

deputado Antonio Carlos Belinati, lido pelo deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 254/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer. O senhor presidente coloca em votação o parecer favorável do deputado Antonio Carlos Belinati, lido pelo deputado Orlando Pessuti. Os senhores deputados Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Marcos Isfer e Orlando Pessuti votam contrariamente ao parecer. Os senhores deputados Duílio Genari, Ademar Traiano, Hidekazu Takayama e Geraldo Cartário votam favoravelmente ao parecer. O senhor presidente desempata votando contrariamente ao parecer do relator - REJEITADO. O senhor presidente informa que designará novo relator; 15) Projeto de Lei nº 096/99, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer CONTRÁRIO do deputado Antonio Carlos Belinati, lido pelo deputado Orlando Pessuti - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 211/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário. O senhor presidente coloca em votação o parecer favorável do deputado Antonio Carlos Belinati, lido pelo deputado Orlando Pessuti. Os senhores deputados Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Marcos Isfer e Orlando Pessuti votam contrariamente ao parecer. Os senhores

deputados Duílio Genari, Ademar Traiano, Hidekazu Takayama e Geraldo Cartário votam favoravelmente ao parecer. O senhor presidente desempata votando contrariamente ao parecer do relator. REJEITADO. O senhor presidente informa que designará novo relator; 17) Projeto de Lei nº 220/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Concedido vistas ao deputado Algaci Tulio; 18) Projeto de Lei nº 074/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. O senhor presidente determina a retirada da matéria de pauta para que esta secretaria faça a verificação de tramitação de projeto de lei semelhante; 19) Projeto de Lei nº 290/2001, de autoria do deputado Custódio da Silva. Parecer CONTRÁRIO do deputado Marcos Isfer - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária